

A internet como locus para pesquisa em Educação

Isabel Colucci Coelho

Introdução

Já não é recente o fato de que a inserção das tecnologias de comunicação digital no cotidiano das pessoas¹ trouxe mudanças sociais importantes que, por sua vez, tiveram desdobramentos sobre a educação (MARTÍN-BARBERO, 2005, 2014; LÉVY, 1999; ORÓZCO-GOMEZ, 2007; BUCKINGHAM, 2007). A integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) a processos educativos já configura todo um campo de conhecimento, pesquisa e debates atravessado por diferentes perspectivas e correntes de pensamento². Ainda não está consolidada, no entanto, a ideia de que a própria Internet (ou, a interação das pessoas na rede) pode fornecer elementos importantes para reflexões acerca dos atuais desafios que se apresentam para a educação na contemporaneidade. Ou seja, de que além de uma nova temática de reflexões para o campo, a Internet e os dispositivos digitais de comunicação podem se apresentar também como um ambiente fértil de pesquisa na área.

¹ O percentual de domicílios com acesso à Internet no Brasil passou de 18% em 2008 para 51% em 2015. Hoje, são 34 milhões de domicílios com acesso à Internet, de acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2015, publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil.

² O atual momento tem se revelado como um período de constituição da base teórica para a compreensão do espaço público contemporâneo – híbrido entre os espaços físicos e virtuais. Rüdiger (2011) identifica diferentes tendências de abordagem dos efeitos das tecnologias digitais de comunicação sobre a sociedade: a crente nas virtudes morais, políticas e econômicas do novo contexto comunicativo (tecnófila); de acusação política e moral de corrupção da sociedade (tecnófoba); e a de uma via alternativa (cibercriticista), que procura refletir sobre as conexões entre poder e cibercultura. Como o foco desta pesquisa está nos desdobramentos sobre o sujeito social, compactua-se com essa última. Acredita-se que sem a devida problematização para a superação de visões ideológicas, corre-se o risco de impedir uma apropriação criadora do ciberespaço (RÜDIGER, 2011).

O contexto comunicativo que se instaura a partir da expansão da chamada Web 2.0 (segunda geração de serviços *on-line*, marcada pela incorporação de recursos de interconexão e compartilhamento) inaugura um modelo de comunicação que dilui a hierarquia da distribuição do saber e altera a forma de organização e ação autônoma em sociedade (CASTELLS, 2013). Sobre esse fenômeno, o semiólogo, antropólogo e filósofo Jesús Martín-Barbero (2005, p. 67) escreve que “os meios de comunicação e as tecnologias de informação significam para a escola sobretudo um desafio cultural, que deixa visível a brecha cada dia maior entre a cultura a partir da qual os professores ensinam e os alunos aprendem”.

Sobre os desafios de educar na cultura digital, Nelson Pretto (2011) constrói a tese de que, mais do que refletir sobre as melhores maneiras de incorporar as tecnologias da comunicação a processos pedagógicos, é preciso questionar a perspectiva pela qual se entende a educação. A mudança é, certamente, mais cultural e conceitual do que tecnológica, entende o autor. O ponto de partida seria a troca de uma perspectiva que compreende a educação como algo singular para outra que a vislumbra como algo plural. Pretto defende que a intensificação da implantação de redes de comunicação horizontal, a partir dos aparatos técnicos digitais contemporâneos, trazem à cena a ideia do pensar coletivo e a concepção de produção colaborativa de conhecimento. A escola 2.0 – em associação ao conceito de Web 2.0 – pressupõe um entendimento de educação que considere múltiplas possibilidades, sustenta.

O pesquisador português António Nóvoa (2014) entende que a atual conjuntura impõe que a educação passe a ser entendida como um processo que vai além dos muros das escolas. Defende o entendimento de um espaço público educacional, no qual muitas instituições e lugares são reconhecidos como espaços educacionais e têm responsabilidade sobre a educação. Para o estudioso, um contrato social pela educação que explore todas as possibilidades educativas da cidade e da sociedade deve ser formulado. “Desde meados do século XIX, a educação foi pensada a partir de uma matriz escolar. Hoje tem de ser ‘desescolarizada’, tem de valorizar outros espaços sociais e culturais”, afirma em entrevista à *Revista Pátio*, publicada em novembro de 2014.

Contudo, a incorporação das TDIC às escolas, como salienta o pesquisador latino-americano Orozco Gómez, tem acontecido, de forma geral, a partir de um viés tecnicista, que pensa a inovação «como um tipo de entidade isolada, desagregada de outros contextos e processos» (OROZCO GÓMES, 2007, p. 211). O entendimento que conduz o conceito de inovação tecnológica na educação tem se mantido associado à perspectiva da modernização pelo progresso e de formação de capacidades dos alunos.

Como enfatizam Kellner e Share (2008), a adesão dessas tecnologias ao cotidiano se dá de forma associada a uma cultura de mídia guiada pelo mercado, o que torna necessário que não apenas se faça a integração das TDICs aos processos pedagógicos, mas também se promova entre os alunos a alfabetização crítica para o consumo desses meios. Do contrário, corre-se o risco de se formar pessoas com múltiplas habilidades profissionais e produtivas, mas incapazes de “entender e criticar sistemas de poder e injustiça” (GEE, 2000, p. 62).

Ou seja, o atual contexto não se configura *apenas* como um momento em que a conjuntura tecnológica requer a atualização de práticas pedagógicas ou escolares, mas sim apresenta uma oportunidade para que a educação seja repensada sob novas perspectivas – mais focadas no fazer coletivo e expandida ao espaço público. É premente, então, investigar se é possível extrair, da cultura e das formas de ação que emergem nos espaços sociais virtuais, novas maneiras de se promover a formação crítica de sujeitos.

Este texto apresenta um resumo de um dos estudos empreendidos no projeto “Política, Tecnologia e Interação Social na Educação/Redes de Políticas Públicas para a Educação”, realizado como pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, por Isabel Colucci Coelho, com orientação da professora doutora Andrea Brandão Lapa.

O exemplo dos movimentos sociais articulados na Internet para a formação crítica

Entre os anos de 2011 e 2015 assistiu-se a pelo menos sete grandes ondas de manifestações de cunho político em países do Oriente

Médio e norte do continente africano, na Europa, Estados Unidos, Brasil e China. No entanto, já em 2007, a Internet apresentava-se como um fator decisivo durante a realização de protestos contra governos instituídos. A Revolta do Açafrão (*Saffron Revolution*) na Birmânia, foi o primeiro confronto com um regime ditatorial, no contexto da Web 2.0, em que a rede foi amplamente usada como ferramenta estratégica dos manifestantes. O recurso da comunicação foi tão evidentemente ameaçador ao regime que o governo interrompeu as telecomunicações no país durante a onda de protestos, como forma de impedir que os acontecimentos no país alcançassem escala global.

No contexto atual, a onda de manifestações sociais que vem questionando a ordem social vigente ao redor do globo deixa claro que um novo elemento foi adicionado aos recursos de reivindicação popular. Evidentemente, as mobilizações populares, mesmo em escala global, são bastante anteriores ao advento da Internet. Assim, mais do que a plataforma que possibilita a conexão e a articulação dos insatisfeitos, esse novo elemento que vem fomentando a ação política popular seria, acredita Castells (2013), a *sensação compartilhada de empoderamento*. Talvez seja essa a brecha para a ação política nos primeiros anos para o século XXI. Sobre a sensação de empoderamento, Castells escreve:

Ela nasceu do desprezo por seus governos e pela classe política, fossem eles ditatoriais ou, em sua visão, pseudodemocráticos. Foi estimulada pela indignação provocada pela cumplicidade percebida entre as elites financeira e política. Foi desencadeada pela sublevação emocional resultante de algum evento insuportável. E tornou-se possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano (CASTELLS, 2013. p. 23-24).

No entanto, é importante salientar que a simples existência das TDIC não é suficiente para explicar a irrupção desse tipo de protesto, uma vez que o contexto comunicativo que vem se edificando é imbricado a uma série de complexidades. Martín-Barbero (2006) sustenta que a comunicação do início do século XXI vem

configurando-se como uma *dupla perversão* e como uma *dupla oportunidade* estratégica.

A primeira perversão, defende, provém da conformação de algumas megacorporações globais, cuja concentração econômica potencializa o controle da opinião pública. A segunda é resultado dos efeitos dos ataques terroristas de 11 de setembro, que, desde então, vêm legitimando a instauração de mecanismos de controle e ameaças às liberdades de informação e expressão, “[...] até o ponto de pôr em risco os mais elementares direitos civis” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 52). Sem mencionar a perspectiva teórica proposta por Deleuze (1992) – a respeito da *sociedade de controle*, o autor alude à ideia de que as tecnologias digitais de comunicação são uma das principais formas de controlar a população.

Já as oportunidades estratégicas elencadas por Martín-Barbero são o enfraquecimento da cisão entre o conhecimento dito racional (em texto) e o de viés emocional (composto de elementos simbólicos), em função da digitalização – uma linguagem composta de dados, textos e imagens –; e a possibilidade de emergência de um novo espaço público de cidadania – aspecto no qual reside o interesse investigativo deste trabalho. Ou seja, está-se diante de um contexto complexo, que precisa ser observado em toda a sua ambivalência.

Muitos dos movimentos sociais que vêm se articulando na Internet nos últimos anos são formas de manifestação e resistência à ordem social e econômica vigentes (e que se fortalecem pela lógica de *perversões* descrita acima por Martín-Barbero). E é nessa complexidade que se enxerga o potencial dos movimentos sociais articulados na Internet para a formação crítica: eles partem de uma leitura própria acerca do contexto social em que estão inseridos e organizam-se de forma a colocar sua perspectiva entre as forças que disputam relevância naquele debate, e de criar integração social entre os que comungam do entendimento do grupo.

Neste trabalho observou-se os debates na Internet acerca das mobilizações iniciadas pelo Movimento Passe Livre na ocasião do aumento das tarifas de ônibus em diversas cidades do país, no início do ano de 2015. Scherer-Warren (2014), com base em Saraiva (2010) e Cassoli (2010), entende que o MPL é um movimento que tem por foco mudanças sistêmicas que objetivam a transformação nos modos

de vida e na participação política, com autonomia, apartidarismo, horizontalidade e ações diretas, mas que também tem metas de curto prazo, como a redução de preço de passagens; é influenciado por movimentos sociais, neanarquistas, neozapatistas, lutas alterglobalização e anticapitalismo; e que dialoga e se articula com a Esquerda institucional (alguns partidos, sindicatos e ONGs), a Esquerda social (movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e com militantes e ativistas autônomos.

A autora chama a atenção para a valorização do movimento em relação a seus modos de organização por meio de articulações discursivas, ou seja, o entendimento do MPL de que seu modo de agir deve refletir a sociedade que se quer construir.

Em consonância com outros movimentos internacionais que vêm se articulando em redes sociais virtuais, o MPL compreende-se como um grupo que luta por uma nova ordem de configuração do espaço público.

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários) (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2014).

Trata-se de um coletivo que atua nas redes virtuais e nas ruas, em ações que propõem a transformação das formas de funcionamento da sociedade. Assim, vão ao encontro do entendimento almejado na pesquisa realizada de *sujeitos* que praticam a *ação política* a partir do novo *contexto comunicativo* que vem reconfigurando o espaço público.

A pesquisa em Educação na Internet

Os complexos processos de comunicação atuais, como defendido até o momento, estão indelevelmente vinculados à Edu-

cação porque oferecem espaços de formação e alteram a forma de circulação e produção do conhecimento em sociedade. Assim, compreender o contexto comunicativo vigente é de fundamental importância para as reflexões acerca dos desdobramentos que este traz à Educação – perspectiva anunciada por Bartolomé (2011) de que a *web* e a escola estão inevitavelmente imbricadas no contexto atual do aluno.

A perspectiva de abordagem da Internet como lugar de pesquisa no estudo que ora se apresenta se dá a partir de seu entendimento como um *artefato cultural*, e não como uma *cultura* (HINE, 2000 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012). Sob essa abordagem, observa-se a inserção da tecnologia na vida cotidiana, que leva em conta a integração dos âmbitos *on-line* e *off-line*. A rede é entendida como um elemento da cultura e não como uma entidade à parte. Parte-se do princípio de que a Internet é passível de apropriações.

Entende-se, então, que faz parte do processo de apropriação crítica das TDIC a realização de esforços consistentes para conhecê-las *tal qual* são utilizadas naturalmente pelos usuários. Esse tipo de estudo edifica-se a partir de elementos que advêm do que Neri de Souza e Almeida (2009) chamam de *corpus latente* da Internet: dados que já estão publicados e que se construíram sem a interferência do pesquisador, produzidos de uma forma natural, por utilizadores comuns da Internet.

Bartolomé, Neri de Souza e Leão (2013) sinalizam que o campo da Educação ainda necessita compreender o potencial desse *corpus latente* e experimentar formas de aproximação deste para que as contribuições extraídas desse tipo de pesquisa possam resultar na apropriação crítica das TDIC pela Educação. Os autores mencionam, a título de exemplo, o potencial de espaços de interação social da *web* para investigações sobre hábitos linguísticos, ou, até mesmo, para a compreensão da imagem que jovens fazem de si mesmos ao publicar imagens na rede.

A intenção de pesquisar dados preexistentes na Internet, no entanto, coloca o pesquisador diante de um contexto singular, uma vez que o campo emergente de estudos baseados na Internet ainda não está estabelecido e a aplicação direta de metodologias tradicionais, normalmente, não logra sucesso (NERI DE SOUZA; ALMEIDA,

2009). “Pode-se dizer que se trata de um modelo de investigação de traços, cursos ou restos deixados pelos usuários da internet” (BARTOLOMÉ; NERI DE SOUZA; LEÃO, 2013, p. 301).

Sobre as metodologias de pesquisa na Internet, Fragoso, Recuero e Amaral (2012) recomendam que cada pesquisa seja adaptada de acordo com seu problema e seus objetivos:

Procuramos destacar sempre que não existem fórmulas prontas para fazer pesquisa. Cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarado como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário ponto a ser seguido (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012, p. 19).

Um modelo de pesquisa

O estudo aqui relatado tem por objetivo encontrar fatores e circunstâncias que seriam capazes de promover o empoderamento dos sujeitos na ação política desencadeada no ativismo da Internet. Partiu-se da metodologia de análise de redes desenvolvida pelo Laboratório de Estudos da Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (LABIC/UFES) para a análise de perspectivas associadas a debates travados na Internet, para a criação de um desenho de pesquisa que considerasse também a qualidade dos diálogos emitidos (LAPA; COELHO; RAMOS; MALINI, 2015), com as etapas descritas a seguir:

Desenho de Pesquisa

1) Coleta de dados:

Podem ser utilizados aplicativos disponíveis na Internet desenvolvidos especificamente para esse fim (Ex.: Topsy e Flocker, para captura de informações publicadas no Twitter), que armazenam em um banco de dados todos os *posts* publicados na rede social com as palavras previamente determinadas para captura. Os dados gerados configuram o *dataset* em uma planilha que consolida o texto dos *tweets*, o perfil do autor, a data e a hora da publicação.

2) Tratamento de Dados:

2.1) *Mineração por Espaços de Possibilidade*

De posse do *dataset*, realiza-se a leitura manual de uma amostra de um terço dos *posts* coletados (distribuídos em início, meio e fim) para definição de uma biblioteca de termos e palavras relacionadas às categorias que serão estudadas, tais como: diálogo, integração social, confluência espacial, assuntos polêmicos etc. O objetivo é qualificar uma filtragem automática no *dataset* em função das categorias em que se acredita ser possível encontrar os processos que se deseja observar na pesquisa (processos relevantes).

2.2) *Mineração por Processos Relevantes*

Nessa fase, após realização da filtragem descrita na etapa anterior, resgata-se do marco teórico alguns fatores e/ou processos relevantes que são referências de princípios democráticos necessários para o empoderamento de sujeitos, assumidos como pressupostos. Para operacionalizar a investigação, essas categorias predeterminadas se desdobram em indicadores (para a sua identificação) e métricas (para a análise de sua condição de existência no *dataset*).

Essa etapa tem por finalidade verificar se os processos elencados para a pesquisa ocorreram ou não no conjunto de *tweets* estudado, e, se sim, como ocorreram. Optou-se, no presente estudo, por uma análise do ativismo político desencadeado no Twitter por recentes movimentos de protesto no Brasil impulsionados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Assim, o trabalho aqui apresentado traz análises obtidas mediante o estudo de três *datasets* com 38 mil *tweets* coletados a partir das palavras-chave #contratarifa, tarifazero, tarifa zero, passe livre, #passelivre, MPL, manifestação, consolação e protesto, publicados em 2015, entre os dias 8 e 10/01; 24/01 e 01/02; e 31/01 e 07/02. O conjunto permite o estudo dos desdobramentos da ação política deflagrada pelo MPL na rede social Twitter em resposta ao aumento das tarifas de ônibus em nove cidades brasileiras, e englobam quatro dos sete grandes atos públicos organizados no período: 9, 27 e 29/01 e 6/02 de 2015.

As categorias analíticas selecionadas na etapa de mineração de dados por Espaços de Possibilidade foram:

- Pluralidade: constitui o público; acolhimento da singularidade dos sujeitos em condições de igualdade. Ela tem duplo aspecto: igualdade – todos com iguais condições de manifestação; distinção – a unicidade de cada pessoa revelada pelo discurso e pela ação (ARENDETT, 2013).
- Agir comunicativo: não há um objetivo a ser alcançado senão o de um acordo entre os sujeitos participantes da ação, ou seja, todos os agentes envolvidos no diálogo são considerados habilitados para interferir no curso do processo que se trava. Além disso, eles estão dispostos a atingir esse objetivos mediados pela definição da situação e da escolha dos fins, assumindo o papel de falantes e ouvintes por meio de processos de entendimento. A linguagem não é utilizada como meio para a transmissão de informações (agir estratégico), mas como fonte de integração social (agir comunicativo) (HABERMAS, 1994).

Um exemplo da pesquisa no Twitter

A respeito dos dados encontrados na pesquisa, constatou-se nas mensagens publicadas no contexto do caso estudado uma série de elementos que podem contribuir para a formação crítica de sujeitos e incorporados a práticas educativas. Entre eles, pode-se destacar: a exposição do usuário à diversidade de ideias; o conhecimento de estratégias para acolhimento de autoridades dos demais usuários no debate – que inspira contribuições acerca da construção e mediação de comunidades de aprendizagem) –; a ação de alguns usuários que ascenderam à condição de autoridades, a partir de seu posicionamento, demonstração de conhecimento e capacidade de interação – onde vislumbra-se a possibilidade de empoderamento de sujeitos –; a presença de alternativas à mídia corporativa tradicional para a formação de opinião; e, finalmente, dados sobre a qualidade da comunicação que promove o diálogo, a troca de ideias e a ampliação de conhecimento acerca de uma questão.

A análise dos resultados encontrados demonstra que o acolhimento dos usuários no grupo pelas autoridades e atores-chave no debate encoraja a participação de outros e agrega membros a

uma conversação. Entre as formas adotadas pelos atores-chave e autoridades pesquisados para interagir com usuários identificou-se algumas com especial potencial para promover o acolhimento:

- Retransmissão de mensagens de usuários, com informações sobre acontecimentos.
- Retransmissão de mensagens de relatos pessoais e conteúdos audiovisuais produzidos por usuários.
- Retransmissão de mensagens com afinidade de opinião à sua.
- Debate com outros usuários sobre assuntos polêmicos (com fornecimento de dados e acesso a fontes de informação), independentemente da posição original apresentada pelo usuário.

Identificou-se também que a realização da ação política a partir do espaço híbrido que se desenvolve na confluência *on-line/off-line* faz com que os usuários passem por um processo que inclui relacionar acontecimentos e fazer ponderações sobre o conteúdo encontrado na rede (onde identificou-se a existência de perspectivas diversas) para emitir suas ideias sobre o assunto, contexto que estimula a reflexão e o questionamento.

Chamou a atenção a quantidade de usuários individuais entre as autoridades encontradas nas filtragens das categorias de Espaço de Possibilidade. As postagens realizadas por esses usuários que ganharam destaque no grupo revelam que obtiveram relevância a partir do conhecimento demonstrado a respeito da causa abordada e de sua disposição em fornecer seu ponto de vista sobre o tema para os demais membros da rede. Alguns desses usuários foram identificados em diversas conversas registradas ao longo da análise de *agir comunicativo*, em que ocorria a discussão de uma questão.

A possibilidade de ascensão de um usuário que não chega a se configurar como uma pessoa pública e não representa oficialmente um veículo de mídia ou um coletivo ativista demonstra a condição diferenciada do espaço público de aparência (ARENDDT, 2013; SILVERSTONE, 2007) que emerge da *web* daquele estabelecido anteriormente, no contexto das mídias eletrônicas de radiodifusão. Outro

dado que reforça essa compreensão é a supremacia dos veículos de produção de mídia independentemente sobre os da mídia corporativa entre as autoridades das filtragens por Espaços de Possibilidade analisados.

Embora tenha se identificado que, entre as autoridades dos três *datasets* na etapa anterior à mineração por Espaços de Possibilidade, os veículos de mídia corporativa tenham maior destaque, eles não deixam de dividir a condição de autoridades com usuários individuais e coletivos de mídia independente. Além disso, perdem posições entre as dez principais autoridades de cada *dataset* ao longo do tempo (são quatro no primeiro; dois no segundo; e três no último).

A análise da manutenção das autoridades ao longo do *dataset*, aliás, é outro resultado relevante encontrado, uma vez que demonstra que o debate prescindiu de lideranças centralizadoras (apenas três perfis mantiveram-se na relação de dez principais autoridades ao longo dos três *datasets*).

Ainda sobre o que foi observado em relação às autoridades, considerou-se bastante singular a quantidade de usuários com essa classificação na filtragem por Espaços de Possibilidade de Integração Social (quatro vezes superior ao das outras duas categorias, Diálogo e Confluência *On-line/Off-line*). Pondera-se que esse resultado pode advir do fato de que os processos de integração social acontecem sob uma ordem diferenciada de obtenção de atenção e integração à comunidade. No entanto, não foi possível confirmar essa suposição por meio dos dados analisados.

As peculiaridades reveladas pelo estudo das autoridades, a propósito, sugerem a necessidade de uma maior compreensão sobre as dinâmicas de estabelecimento desse tipo de usuário e poderia ser um aspecto enfatizado em investigações futuras acerca da ação política desenvolvida em redes sociais, especialmente em relação à ampliação do conhecimento sobre os processos de empoderamento de sujeitos.

A análise da qualidade do diálogo (por meio da categoria *agir comunicativo*) permitiu vislumbrar a importância da exposição de opiniões fundamentadas em argumentos para o desenvolvimento de um debate. Revelou também que quando os participantes de

uma conversa demonstram que levaram em consideração a ideia emitida pelo outro para construir seu raciocínio, a discussão tende a continuar e ser ampliada para outras temáticas e agregar outras pessoas.

Chamou a atenção, igualmente, a quantidade de mensagens encontradas com elementos de incitação à violência e desvalorização da opinião do outro, com base em preconceitos, deslegitimação agressiva de ideias e ironia. Essas mensagens tiveram a mesma representatividade no conjunto de diálogos que aquelas que apresentavam exposição de ideias baseadas em argumentos e questionamentos. O conhecimento acerca dessa forma de expressão na rede é de fundamental importância para docentes que se disponham a usar a Internet em uma educação comprometida com os direitos humanos. Assim, compreende-se que a perspectiva do discurso do ódio propagado em redes sociais é outro aspecto detectado na análise dos *datasets* observados que pode ser aprofundado em investigações futuras a respeito do uso das redes para formação em direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BARTOLOMÉ, A. Comunicación y aprendizaje en la Sociedad del Conocimiento. **Virtualidad, Educación y Ciencia**, n. 2 (2), 2011, p. 9-46.
- BARTOLOMÉ, A.; NERI DE SOUZA, F.; LEÃO, M. Investigações educacionais realizadas a partir do *corpus latente* da Internet. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 2, 2013, p. 301-316.
- BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- CASSOLI, A. **Movimento passe-livre de Florianópolis e o enfrentamento do Estado neo-liberal**: algumas considerações. 2010. [Artigo de conclusão da disciplina Tópicos especiais: movimentos sociais: para uma abordagem pós-colonial, do PPGSP/UFSC].

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: 34, 1992, p. 223-230.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GEE, J. P. New people in new worlds, the new capitalism and schools. In: COPE, B.; KALANTIZIS, M. **Multiliteracies: literacy, learning and the design of social futures**. Melbourne: Macmillan, 2000, p. 43-68.

HINE, C. **Virtual ethnography**. Sage, 2000.

HABERMAS, J. Guinada pragmática. In: HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 65-148.

KELLNER, D.; SHARE, J. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 104, 2008.

LAPA, A. B.; COELHO, I. C.; RAMOS, V. F. C.; MALINI, F. **Fatores e circunstâncias para o empoderamento do sujeito nas redes sociais: um desenho de pesquisa**. In: 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e do 6º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 2015, Aracaju.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. **A comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Disponível em: <http://www.mpl.org.br/>. Acesso em: 2014.

NERI DE SOUZA, F.; ALMEIDA, P. **Investigação em Educação em Ciência baseada em dados provenientes da internet**. XIII Encontro Nacional De Educação Em Ciências. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco, 24-26 de setembro, Castelo Branco, 2009.

NÓVOA, A. Nada será como antes. **Revista Pátio-Ensino Fundamental**: “O futuro da sala de aula”. (Entrevista) n. 72. Porto Alegre: Artmed Press, novembro 2014.

OROZCO-GÓMEZ, G. Podemos ser mais criativos ao adotar a inovação tecnológica em educação? Uma proposta em comunicação. **MATRIZES** 1.1 (2007): 209-216.

PRETTO, N. O desafio de educar na cultura digital. **Revista Portuguesa de Educação**. V. 24, n. 1. Braga, 2011.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**. 13.28 (2014): 13-34.

SARAIVA, A. **Movimentos em movimento**: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos. 2010. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, 2010.

SILVERSTONE, R. **Media and Morality on the rise of the Mediapolis**. Cambridge: Polity Press, 2007.

